NOTA TÉCNICA

A Coordenação do PPGE e a Comissão de Bolsas apresentam à comunidade acadêmica a presente nota técnica, com o objetivo de esclarecer quanto a critérios atualmente vigentes sobre a candidatura a bolsas da agência CAPES e procedimentos de concessão do auxílio.

Sob perspectiva histórica, inicialmente destacamos que na II Semana PPGE, realizada entre os dias 11 e 14 de setembro, reservamos um espaço para apresentar e deliberar sobre as novas informações relativas à Portaria CAPES no. 133, de 10 de julho de 2023, que viabiliza o acúmulo de bolsas e atividades remuneradas. Segundo a própria portaria, cada instituição pode estabelecer prioridades em relação à concessão de bolsas oriundas do fomento da agência CAPES, ao considerar reflexões internas quanto à natureza do Programa de Pós-graduação e o perfil dos estudantes. Destarte, no âmbito da UFSC, a PROPG, de acordo com a portaria em questão, exarou a Resolução Normativa no. 3/2023/CPG/UFSC, de 29 de setembro de 2023,

Diante da legislação vigente, esclarecemos que o PPGE tem atuado conforme o que está legalmente estabelecido. Neste sentido, destacamos o seguinte artigo da Resolução Normativa no. 3/2023/CPG/UFSC:

Art. 1º Os programas de Pós-graduação *stricto sensu* da UFSC, ao definirem os critérios de distribuição das bolsas CAPES atribuídas ao programa, devem priorizar os(as) discentes que:

- I - demonstrem dedicação integral (40 horas) às atividades do programa de Pós-graduação;
- II - não possuam atividades remuneradas ou outros rendimentos; e
- III - estejam liberados de atividades profissionais, sem recebimento de vencimentos.

Ou seja, considerando tal fundamento de base legal, a prioridade na concessão de bolsas da agência CAPES é contemplar estudantes com dedicação integral aos estudos e, por conseguinte, que não possuam atividades remuneradas ou recebam outros rendimentos, quer dizer, sem vínculo de trabalho. Todavia, mesmo que se trate de uma prioridade, caso esta condição não possa ser contemplada, a legislação assegura que o processo de concessão de bolsas pode atender ao teor do artigo seguinte da Resolução Normativa no. 3/2023/CPG/UFSC:

Art. 2º Os critérios para distribuição das bolsas CAPES que permanecerem disponíveis após a priorização estabelecida no art. 1º devem ser determinados pelo colegiado delegado do Programa de Pós-graduação.

Nesse caso, ao considerar o que a legislação vigente estabelece, esclarece-se que os critérios internos para a concessão de bolsas seguem em vigor, com o aval do Colegiado Delegado do curso. A comissão de bolsas segue ainda observando os critérios internos para a concessão de bolsas da agência CAPES: sorteio da ordem de concessão dentre as Linhas de Pesquisa e classificação dos estudantes vinculados a cada uma das Linhas de Pesquisa no Processo Seletivo. Cabe ressaltar que tais critérios internos de concessão de bolsas se aplicam também aos processos de concessão de bolsas das demais agências de fomento, como o CNPq, embora estejam sempre

subordinados e atuem em complementaridade quanto ao que é exarado nos diversos Editais que são publicados.

Ou seja, tais informações são sempre tornadas públicas tanto pelas agências de fomento como pelos órgãos de gestão da UFSC. E no âmbito do PPGE, busca-se sempre o atendimento da legislação.

Por fim, se reitera a disponibilidade da Coordenação e da Comissão de Bolsas para o atendimento da comunidade acadêmica.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2023.

Coordenação do PPGE

Coordenação da Comissão de Bolsas